

Alerta Legislação nº 24, de 08 a 13 jun. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.424, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade.

DECRETO Nº 13.014, DE 10 DE JUNHO DE 2026

Altera o [Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016](#), para dispor sobre o cadastramento de atividade de acesso ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade brasileira por meio de termo de associação para fins de cadastro, a ser firmado entre pessoa jurídica sediada no exterior e instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica quando não houver colaboração científica entre as instituições, e institui a Aliança das Instituições Públicas Nacionais de Pesquisa Científica e Tecnológica pela Biodiversidade.

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 18.473, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Altera a [Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968](#), que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, a [Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974](#), que institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas, e a [Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984](#), que dispõe sobre a licença por adoção ou guarda judicial para fins de adoção, e dá providências correlatas.

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 65.232, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Estabelece o expediente dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações nos dias de realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2026, bem como dispõe sobre a compensação das horas não trabalhadas, conforme especifica.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
12/06/2026 (Ed. extra)	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.366, DE 12 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; (...)</p> <p><u>DECRETO Nº 13.026, DE 12 DE JUNHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 12.157, de 29 de agosto de 2024, que institui o Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social e o seu Comitê Gestor.</p>
12/06/2026	<p><u>DECRETO Nº 13.018, DE 11 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, e dispõe sobre o Comitê Estratégico do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e a Rede Nacional de Conhecimento sobre Pagamento por Serviços Ambientais.</p>
11/06/2026	<p><u>LEI Nº 15.430, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga.</p> <p><u>DECRETO Nº 13.015, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Sistema Nacional de Trilhas.</p> <p><u>DECRETO Nº 13.014, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, para dispor sobre o cadastramento de atividade de acesso ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade brasileira por meio de termo de associação para fins de cadastro, a ser firmado entre pessoa jurídica sediada no exterior e instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica quando não houver colaboração científica entre as instituições, e institui a Aliança das Instituições Públicas Nacionais de Pesquisa Científica e Tecnológica pela Biodiversidade.</p> <p><u>DECRETO Nº 13.013, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020, que regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.</p>
10/06/2026	<p><u>DECRETO Nº 13.012, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, para estabelecer as regras e os procedimentos relativos à autorização,</p>

	<p>ao controle e à fiscalização dos serviços de segurança privada e da segurança das instituições financeiras.</p> <p><u>DECRETO Nº 13.011, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Promulga o Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes, firmado em 28 de abril de 1977 e modificado em 26 de setembro de 1980, e o seu Regulamento de Execução, adotado em 28 de abril de 1977 e modificado em 20 de janeiro de 1981, em 1º de outubro de 2002 e em 22 de julho de 2022.</p> <p><u>DECRETO Nº 13.010, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Promulga o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, firmado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.</p> <p><u>DECRETO Nº 13.009, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Promulga o Acordo para a Proteção Mútua das Indicações Geográficas Originárias nos Territórios dos Estados Partes do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.</p> <p><u>DECRETO Nº 13.008, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Promulga o Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro 2019.</p>
<p>09/06/2026</p>	<p><u>DECRETO Nº 12.998, DE 8 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Bombeiros Militares e altera o Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, quanto à composição do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.997, DE 8 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícia Militar.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.996, DE 8 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o Conselho Nacional da Polícia Civil.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.995, DE 8 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta o disposto no Capítulo I da Medida Provisória nº 1.363, de 30 de maio de 2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de óleo diesel de uso rodoviário no País, no valor de R\$ 1,12 (um real e doze centavos) por litro comercializado, e altera o Decreto nº 12.878, de 13 de março de 2026.</p>
<p>08/06/2026</p>	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.365, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 15.427, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Altera a [Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021](#), a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação. [Mensagem de veto.](#)

LEI Nº 15.426, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Altera a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais. [Mensagem de veto.](#)

LEI Nº 15.425, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), para tipificar como crime o exercício ilegal da medicina veterinária.

LEI Nº 15.424, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Institui no calendário oficial o Julho Laranja, destinado à conscientização sobre a necessidade do exame ortodôntico anual nas crianças de 6 (seis) a 12 (doze) anos de idade.

LEI Nº 15.423, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Altera a [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#) (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a divulgação, no programa A Voz do Brasil, de informações sobre os serviços das redes de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres.

LEI Nº 15.422, DE 3 DE JUNHO DE 2026

Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das pessoas com dor crônica e o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica.

**Atos do
Congresso
Nacional (CN)**

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.336, de 6 de fevereiro de 2026](#), que "Altera a [Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990](#), que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 5 de junho de 2026.

Brasília, 8 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 47, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.335, de 22 de janeiro de 2026](#),

que "Dispõe sobre as medidas relativas à proteção especial à propriedade intelectual e aos direitos de mídia e de *marketing*, relacionados à realização, no Brasil, da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2026.

Brasília, 8 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 46, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.333, de 7 de janeiro de 2026](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 250.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2026

Brasília, 8 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.332, de 29 de dezembro de 2025](#), que "Altera o [Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946](#), para prorrogar o prazo para conclusão da identificação dos terrenos marginais de rios federais navegáveis, dos terrenos de marinha e seus acrescidos", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2026.

Brasília, 8 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.331, de 23 de dezembro de 2025](#), que "Autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos do disposto no art. 20 da [Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990](#)", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2026.

Brasília, 8 de junho de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 42, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.330, de 18 de dezembro de 2025](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no valor de R\$ 60.460.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 28 de maio de 2026.

	<p>Brasília, 8 de junho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2026</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.329, de 18 de dezembro de 2025, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 59.356.642,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 28 de maio de 2026.</p> <p>Brasília, 8 de junho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 43, DE 2026</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.350, de 15 de abril de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para aprimorar o Fundo Garantidor da Habitação Popular", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Brasília, 8 de junho de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>COMANDO DA MARINHA (CM) ↳ Diretoria-Geral de Navegação (DGN) ↳ ↳ Diretoria de Portos e Costas (DPC) <u>PORTARIA DPC Nº 476, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u></p> <p>Aprova as Normas da Autoridade Marítima para a Prevenção da Poluição Ambiental causada por Embarcações e Plataformas - NORMAM-401/DPC.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 526, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u></p> <p>Institui o Laboratório de Dados, Serviços Digitais e Inteligência Artificial - EducaLab no âmbito do Ministério da Educação.</p>
<p>Ministério da Fazenda</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 1.709, DE 11 DE JUNHO DE 2026</u></p> <p>Altera a Portaria MF Nº 26, de 24 de fevereiro de 2023, que institui o Programa "Mulher Cidadã - cidadania fiscal para mulheres".</p>

	<p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA ↳ Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 17, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p>
<p>Ministério da Igualdade Racial</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GAB/MIR Nº 265, DE 11 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta os tipos de adesão e as modalidades de gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Revoga a Portaria PR-SEPPPIR nº 8, de 11 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº 303, de 21 de agosto de 2025.</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 1.176, DE 2 DE JUNHO DE 2026</u> Reconhece o Ministério da Justiça e Segurança Pública como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 11.527, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Institui a Política Nacional de Qualidade e Segurança do Paciente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 11.244, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Institui o Centro Nacional de Monitorização de Medicamentos e estabelece as regras de transmissão das notificações brasileiras de eventos adversos para o Programa Internacional de Monitorização de Medicamentos.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 675, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Altera o anexo II da Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para a atualização da Diretriz de Utilização - DUT nº 170 do anexo II da RN nº 465/2021, relacionada ao "IMPLANTE SUBDÉRMICO HORMONAL PARA CONTRACEPÇÃO (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", para ampliar a cobertura assistencial do implante subdérmico de etonogestrel para prevenção da gravidez não desejada em adolescentes de 15 a 17 anos, em cumprimento ao disposto no art. 33 da RN nº 555/2022, ao art. 19T da Lei nº 8.080/1990, alterada pela Lei nº 14.313/2022, e aos parágrafos 4º e 10, do art. 10, da Lei nº 9.656/1998.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 674, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento antineoplásico oral Acalabrutinibe, em combinação com venetoclax, para o tratamento de pacientes adultos com leucemia linfocítica crônica (LLC) ou linfoma linfocítico de pequenas células (LLPC) sem deleção 17p ou</p>

	<p>mutação TP53, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º, 7º e 8º do art. 10, da Lei nº 9.656/1998.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 452, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 450, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa - IN nº 28, de 26 de julho de 2018, que estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.</p> <p>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 28, DE 2 DE JUNHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a deutetrabenazina no tratamento de adultos com coreia associada à Doença de Huntington. Ref.: 25000.150758/2025-85.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</p>	<p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO Nº 20, DE 2 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta os procedimentos necessários para a coleta de sementes e demais propágulos de espécies vegetais nativas em Unidade de Conservação federal, para fins de restauração ecológica (processo ICMBio nº 02176.000087/2025-03).</p> <p>COMISSÃO NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA <u>RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 10, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre os critérios e procedimentos para homologação dos Territórios da Restauração no âmbito do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa.</p>
<p>Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 232, DE 11 DE JUNHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 290.966.156,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 224, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; de Encargos Financeiros da União; e de Operações Oficiais de Crédito, crédito</p>

	<p>suplementar no valor de R\$ 896.890.361,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 220, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Saúde; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e dos Direitos Humanos e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 69.606.834,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 214, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal; e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.077.961.639,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
Ministério do Turismo	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTUR Nº 23, DE 2 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece condições financeiras especiais, no âmbito do Fundo Geral de Turismo - Novo Fungetur, destinadas às mulheres empreendedoras do setor turístico em situação de violência contra a mulher.</p>
Banco Central do Brasil (BCB)	<p>ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO ↳ Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 743, DE 11 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa BCB nº 513, de 30 de agosto de 2024, que estabelece os procedimentos operacionais relativos ao Pix Automático, ao Pix Agendado e ao Pix Cobrança, para ajustar dispositivos relacionados ao agendamento e à liquidação da ordem de pagamento no âmbito do Pix Automático; e revoga atos normativos cujos efeitos se exauriram ao longo do tempo.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 742, DE 9 DE JUNHO 2026</u> Divulga a versão 8.2 do Manual Operacional do Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), que compõe o Regulamento do Pix.</p>
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	<p>CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) <u>RESOLUÇÃO COFEN Nº 809, DE 26 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a atuação dos profissionais de Enfermagem em Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) no Brasil e dá outras providências.</p>
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	

PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/06/2026	<p><u>DECRETO Nº 70.679, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas.</p> <p><u>DECRETO Nº 70.674, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.</p>
08/06/2026	<p><u>LEI Nº 18.473, DE 03 DE JUNHO DE 2026</u> Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, a Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974, que institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas, e a Lei Complementar nº 367, de 14 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a licença por adoção ou guarda judicial para fins de adoção, e dá providências correlatas.</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Controladoria Geral do Estado (CGE)	<p>GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 14, DE 02 DE JUNHO DE 2026</u> Atualiza ações do Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo constantes do Decreto estadual nº 67.682, de 03 de maio de 2023</p>
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 26, DE 08-06-2026</u> Dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito da Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo, como medida para a realização de reforma e de readequação dos espaços físicos internos das unidades que ocupam o Edifício Palácio Clovis Ribeiro, localizado na Avenida Rangel Pestana, nº 300 - Sé.</p>
Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) <u>PORTARIA ARTESP Nº 279, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre a publicação da Nota Técnica de Apuração de Resultados da Bonificação por Resultados da ARTESP para o exercício de 2025.</p>

<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 31, DE 10 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta o Cadastro Fiscal Positivo, de que tratam os artigos 31 e 32 da Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023, e dá providências correlatas.</p>
<p>Secretaria da Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 112, DE 9 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Componente da Média e Alta Complexidade – MAC, em parcela suplementar, destinados aos estabelecimentos conveniados, nos termos das Portarias GM/MS nº 10.169/2026 e 10.871/2026</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 110, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa Estadual de Desinstitucionalização, para acolhimento em Serviços Residenciais Terapêuticos de pessoas internadas há mais de dois anos nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 109, DE 2 DE JUNHO DE 2026</u> Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos estados, definidos pela Portaria GM/MS nº 9.760, de 26 de dezembro de 2.025.</p>
<p>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA ↳ Gabinete do Reitor <u>RESOLUÇÃO GR Nº 17/2026, DE 1 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta a gestão de contas bancárias e os procedimentos de recebimento e pagamento, em moeda nacional e estrangeira, no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).</p>
<p>Ministério Público do Estado (MPE)</p>	<p>GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.312/2026-PGJ, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u> Disciplina o velamento das fundações de direito privado no Ministério Público do Estado de São Paulo.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p style="text-align: center;">SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>12/06/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 586/2026, DE 12/06/2026</u> Institui diretrizes para ações de apoio à efetividade da prestação alimentícia e à proteção de crianças e adolescentes afetados pela inadimplência alimentar no Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 585/2026, DE 12/06/2026</u></p>

	<p>Institui o Programa Estadual de Apoio Psicossocial e Fortalecimento das Redes de Apoio às Famílias Monoparentais no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p>11/06/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 583/2026, DE 11/06/2026</u> Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, e à Lei nº 15.832, de 15 de junho de 2015, para assegurar a publicidade das pessoas jurídicas e entidades certificadas no âmbito da política estadual da pessoa idosa.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 582/2026, DE 11/06/2026</u> Institui ações permanentes de Educação em Direitos, Acesso à Cidadania e Promoção da Identidade Civil de Crianças, Adolescentes e suas Famílias no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 581/2026, DE 11/06/2026</u> Estabelece critérios para a capacitação continuada da rede de proteção às crianças e adolescentes no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 580/2026, DE 11/06/2026</u> Institui a Política Estadual de Empregabilidade, Empreendedorismo e Inclusão Produtiva para Mães Solo no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 579/2026, DE 11/06/2026</u> Institui a Campanha “Pensão não é Favor” de Conscientização sobre Responsabilidade Parental, Dever Alimentar e Proteção Integral da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 578/2026, DE 11/06/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios e acordos de cooperação técnica destinados ao apoio ao cumprimento de decisões judiciais relacionadas à prisão civil por inadimplemento de obrigação alimentar e dá outras providências.</p>
<p>10/06/2026</p>	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 860, DE 2024</u> <u>MENSAGEM A-Nº 068/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 09 de junho de 2026. (...) De iniciativa parlamentar, a medida objetiva atribuir a denominação “Engenheiro Luiz Marcelo Dias Salles” ao dispositivo rodoviário localizado no km 187,400, da Rodovia Dr. Adhemar de Barros – SP 342, no Município de Mogi Guaçu. (...)</p> <p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1228, DE 2023</u> <u>MENSAGEM A-Nº 067/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 09 de junho de 2026. (...)</p>

De iniciativa parlamentar, a medida objetiva atribuir a denominação "Amanda Torres de Faria de Moraes" ao dispositivo de acesso e retorno em formato de trevo, código SPD 020/209, localizado no km 20+310m, da Rodovia Professor João Hipólito Martins – SP 209, em Botucatu.

(...)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 571/2026, DE 10/06/2026

Institui diretrizes para a criação do Sistema Estadual de Monitoramento de Doenças Raras no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

PROJETO DE LEI Nº 570/2026, DE 10/06/2026

Institui a Política Estadual de Proteção aos Animais Comunitários no Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 569/2026, DE 10/06/2026

Institui a Política Estadual de Identificação, Reconhecimento e Apoio ao Cuidador Atípico no Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 568/2026, DE 10/06/2026

Institui diretrizes para o Programa Estadual de Monitoramento Integrado para Proteção de Vítimas de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 567/2026, DE 10/06/2026

Institui a Política Estadual de Capacitação Técnica em Resgate de Grandes Animais em Áreas Urbanas e Periurbanas no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 566/2026, DE 10/06/2026

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com clínicas veterinárias para atendimento gratuito de animais pertencentes a pessoas em situação de vulnerabilidade social e de animais abandonados no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 565/2026, DE 10/06/2026

Institui a Política Estadual de Promoção do Neurodesenvolvimento na Primeira Infância, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 564/2026, DE 10/06/2026

Altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, para estabelecer diretrizes sobre a destinação de animais resgatados em situação de maus-tratos, abandono ou risco.

PROJETO DE LEI Nº 563/2026, DE 10/06/2026

Altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado, para estabelecer diretrizes e deveres do Poder Público quanto à esterilização cirúrgica de cães e gatos, com prioridade para animais em situação de rua.

PROJETO DE LEI Nº 562/2026, DE 10/06/2026

Altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado, para dispor sobre a

	<p>adoção de medidas preventivas destinadas à redução de acidentes com animais silvestres em rodovias estaduais e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 561/2026, DE 10/06/2026</u> Institui diretrizes para a segurança econômica e a orientação previdenciária dos corretores de imóveis no Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>
<p>09/06/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 559/2026, DE 09/06/2026</u> Dispõe sobre critérios de acesso a benefícios culturais, esportivos e recreativos custeados pelo Estado de São Paulo, com fundamento na promoção da responsabilidade parental e da proteção integral da criança e do adolescente.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 558/2026, DE 09/06/2026</u> Institui a Política Estadual de Promoção da Saúde Integral dos Trabalhadores da Mobilidade Pública do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 557/2026, DE 09/06/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir o Protocolo Estadual de Dispensação, Autorização e Acompanhamento do uso do medicamento Tirzepatida no Tratamento da Obesidade no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado de São Paulo, e dá outras providências</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 556/2026, DE 09/06/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de água de reuso em sistemas de resfriamento e demais operações de Data Centers e Centros de Processamento de Dados instalados no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 555/2026, DE 09/06/2026</u> Institui a Política Estadual Estação Segura para as Mulheres nos sistemas de mobilidade pública sob competência do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 554/2026, DE 09/06/2026</u> Institui a Política Estadual de Acolhimento, Orientação e Proteção aos Usuários da Mobilidade Pública no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 553/2026, DE 09/06/2026</u> Institui diretrizes para a adoção preferencial da escala de trabalho 5x2 para motoristas, cobradores e demais trabalhadores operacionais do transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 552/2026, DE 09/06/2026</u> Institui diretrizes para a promoção de jornadas de trabalho mais humanizadas nos serviços públicos e sob concessão de mobilidade pública do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 550/2026, DE 09/06/2026</u> Institui o dever estatal de desfavelização</p>

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 549/2026, DE 09/06/2026</u> Estabelece as diretrizes para uma Política Estadual Integrada denominada "Henry Borel – Nenhum Sinal Ignorado" de prevenção, identificação e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 548/2026, DE 09/06/2026</u> Estabelece contrapartidas das Instituições Financeiras Públicas e Privadas contratadas para prestação de serviços bancários e/ou financeiros e para operação de programas de crédito subsidiado ou induzido junto ao Poder Público no âmbito do Estado de São Paulo</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 547/2026, DE 09/06/2026</u> Institui a Política Estadual de Fortalecimento da Educação Inclusiva na rede pública de ensino do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p>
08/06/2026	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 546/2026, DE 08/06/2026</u> Institui a "Política Estadual de Desenvolvimento, Valorização e Difusão das Histórias em Quadrinhos" no Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 545/2026, DE 08/06/2026</u> Cria a Lei Maria da Glória que institui a Política Estadual de Apoio ao Embarque Seguro de Pessoas Idosas e com mobilidade reduzida nos Aeroportos do Estado de São Paulo.</p>
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
13/06/2026	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 29/2026</u> ADESÃO E UTILIZAÇÃO DA PROVA NACIONAL DOCENTE - PND (...)</p>
12/06/2026	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 28/2026</u> Implementação de políticas, protocolos e ações voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital (ECA Digital)</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

08/06/2026	<p><u>DECRETO Nº 65.233, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u> Introduz alterações no Decreto nº 61.311, de 20 de maio de 2022, que regulamenta a Lei nº 17.577, de 20 de julho de 2021 - Programa Requalifica Centro, voltado à aprovação dos pedidos de requalificação de edificações (<i>Retrofit</i>) na região central da Cidade de São Paulo, conforme especifica.</p> <p><u>DECRETO Nº 65.232, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u> Estabelece o expediente dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações nos dias de realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2026, bem como dispõe sobre a compensação das horas não trabalhadas, conforme especifica.</p> <p><u>DECRETO Nº 65.227, DE 3 DE JUNHO DE 2026</u> Regulamenta a constituição e o funcionamento dos Conselhos Gestores de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nos termos dos arts. 48 a 53 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE), com as alterações introduzidas pela Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023.</p>
-------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>